

“NGA MUTURI”: UMA QUESTÃO DE MEMÓRIA E IDENTIDADE

“NGA MUTURI”: THE ISSUE OF MEMORY AND IDENTITY

Wildman dos Santos Cestari (UNITAU)¹
Isabelita Maria Crosariol (PUC-RIO/UNITAU)²

RESUMO: Objetiva-se a analisar a questão da memória e da identidade no conto “Nga Muturi” (1882), de Alfredo Troni. Busca-se discutir a problemática da identidade angolana, demonstrando que a tentativa de silenciamento da memória da protagonista se dá pelo jogo irônico em que se vai formando sua autoimagem, uma vez que Nga Ndreza vive o impasse de um constante negociar de sua angolanidade para com o mundo do colonizador português. Um mundo opressor, onde a voz reinante é a que preconiza uma imagem degenerada do outro.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade; Memória; Assimilação.

ABSTRACT: This study aims to examine the issue of memory and identity in the tale “Nga Muturi” (1882), by Alfredo Troni. The aim is thereby to discuss the issue of Angolan identity, demonstrating that the attempt to silence the memory of the protagonist is given by the ironic game by which emerges her self-image, since Nga Ndreza lives the deadlock of constantly trade her Angolannes with the world of the Portuguese colonizer. An oppressive world where the voice that reigns is one that calls for a degenerated image of the other.

KEYWORDS: Identity; Memory; Assimilation.

Entre ti e mim a identidade é um espelho que
nos reflecte e implacavelmente nos isola.
(Lídia Jorge)

O conto “Nga Muturi”, de Alfredo Troni, publicado em 1882, possui o reconhecido mérito de “precursor da prosa moderna em Angola” (Santilli 1985:10), sobretudo por sua apurada consciência em não apenas se deter na ínfima sondagem de aspectos do cotidiano angolano, mas por vasculhar as camadas mais íntimas e profundas das problemáticas que aliciavam o angolano desde os primeiros tempos da colonização portuguesa.

As intenções imperialistas ao longo do período de dominação colonial enxergavam que o “Oriental, como o africano, [era] membro de uma raça subjugada, e não exclusivamente um habitante de uma área geográfica” (Said 2007:140). Por isso o

¹ Especialista em Literatura pelo Curso de Especialização em Literatura da UNITAU (Universidade de Taubaté). Contato: wildmancestari2010@hotmail.com.

² Doutoranda em Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela PUC-Rio. Professora de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa do Curso de Especialização em Literatura da UNITAU. Contato: isabelitacrosariol@yahoo.com.br.

Oriente, assim como a África, não poderia ser considerado senão como um espaço para que se firmasse o domínio europeu.

A sujeição de civilizações, povos e localidades sob a doutrina orientalista criada pelos europeus baseava-se na sustentação de critérios essencialmente políticos como condições imprescindíveis para a manutenção e articulação de futuras possessões. Desse modo, na ótica imperial, fazia-se necessário

Instruir o Oriente (para seu próprio benefício) nos modos do Ocidente moderno; subordinar ou minimizar o poder militar para engrandecer o projeto do glorioso conhecimento adquirido no processo de dominação política do Oriente; formular o Oriente, dar-lhe forma, identidade, definição com pleno reconhecimento de seu lugar na memória, sua importância para a estratégia imperial e seu papel “natural” como apêndice da Europa; danificar todo o conhecimento coligido durante a ocupação colonial com o título “contribuição para a erudição moderna”, quando os nativos não tinham sido nem consultados, nem tratados senão como pretextos para um texto cuja utilidade não se destinava a eles; sentir-se como um europeu a comandar, quase à vontade, a história, o tempo e a geografia orientais; instituir novas áreas de especialização; estabelecer novas disciplinas, dividir, organizar, esquematizar, tabular, indexar e registrar tudo à vista (e fora da vista); fazer de cada detalhe observável uma generalização e de toda generalização uma lei imutável sobre a natureza, o temperamento, a mentalidade, o costume ou o tipo oriental; e, acima de tudo, transmutar a realidade viva na matéria de textos, possuir (ou pensar possuir) a realidade, principalmente porque nada no Oriente parece resistir a seus poderes: essas são as características da projeção orientalista inteiramente realizada em *Description de l'Égypte* (Said 2007:130-1).

Como consequência das tensões geradas por estas medidas, a radiografia das principais problemáticas se traduz como exemplo de casos que refletem o quadro sintomático de dramas como o angolano.

O processo de assimilação pelo qual passa esse povo se impõe como um trauma, ao ver-se no impasse de ter sua identidade em constante conflito. Nesse sentido, o conto “Nga Muturi”, de acordo com Rita Chaves (1999:35-6), ao propor um diagnóstico representativo da sociedade no final do século XIX, se circunscreve no despertar de uma consciência de valorização do que mais tarde seria conhecido como elementos característicos da identidade angolana.

Alfredo Troni, português de nascimento e de formação, fez seus estudos de bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra na cidade onde nascera. Migrou para Luanda, em Angola, onde passou toda a vida até a sua morte em 1904. Sua atuação, como homem público, político, intelectual e sensível no decifrar elementos da cultura nacional angolana, ultrapassa as fronteiras de um mero encarregado da coroa portuguesa. Conforme nos assevera Rita Chaves (1999:36), Troni se destacou em atividades como jornalista em vários periódicos como o *Jornal de Angola*, *Mukuarimi* e *Os Concelhos do Leste*, marcando o momento de fundação e consolidação da imprensa em Angola. Todavia, passou a ser duramente perseguido pela coroa portuguesa pelo seu apreciável sentimento de humanidade que alimentava o espírito de suas posições como

magistrado e homem público. Foi, por isso, forçado a se demitir de suas funções públicas depois que a lei de extinção definitiva da escravatura foi regulamentada por ele e aprovada.

Tendo em conta a epígrafe selecionada, a identidade refletida traz para o palco de nosso estudo o trauma angolano por vivenciar o dilema de uma identidade em constante conflito, reforçado pelo comentário que o escritor angolano Ruy Duarte de Carvalho faz de si, atualizando esse aspecto, ao dizer que “havia uma razão de Angola que colidia com a razão colonial portuguesa [e que, por isso, se lembrava] muito bem de ter mudado inteiramente, tanto de alma como de pele, uma meia dúzia de vezes ao longo da vida” (2005: *não paginado*).

Pode-se dizer que a imagem da identidade refletida no espelho é sempre condicionada pelas diferenças entre o que se vê e o que o poder dita como padrão. Diante disto, este estudo tem como objetivo analisar a questão da memória e da identidade no conto “Nga Muturi”, buscando, com isso, discutir a problemática da identidade angolana, demonstrando que a tentativa de silenciamento da memória da protagonista se dá pelo jogo irônico em que se vai formando sua autoimagem, uma vez que Nga Ndreza, como é retrata no início do conto, vive o impasse de um constante negociar de sua angolanidade para com o mundo do colonizador português.

Assim, logo no fragmento de abertura do conto lê-se:

Nga Ndreza (nome que tem na sociedade de Luanda, uma sociedade onde só avultam os panos, sim, mas que guarda um certo número de conveniências) afirma que é livre, que foi criada em Novo Redondo, e pertence à família de F...; e, quando muito, cala-se quando lhe perguntam se é *buxila*. Também ninguém faz questão disso já. E que a fizesse! Ela, à força de afirmar que não foi escrava, esqueceu-se de [não] ter sido sempre livre (Troni 1985:31).

A tentativa de silenciamento da memória da personagem Nga Ndreza, protagonista da história, é narrada segundo a percepção de um narrador onisciente em terceira pessoa. Sob sua ótica, tem-se o acesso à subjetividade desta personagem, cuja imagem vai se compondo à medida que ele vai contando o que ela havia afirmado a respeito da família a qual ela gostaria que fosse ligada. Nesse fragmento, a personagem ao citar a letra “F” referente à família que ela afirma pertencer (afirmação seguida de outros atributos que ela desejaria que os outros percebessem em si), demonstra sua intenção de recusa do nome que a liga à sua família de origem.

Desse momento em diante, percebe-se que a ironia se instaura no conflito entre o ser e o parecer. Assim, a construção de uma autoimagem da protagonista se dá pela intenção de negar a primeira consciência de si, por meio da recusa dos elementos que possam identificar sua etnia de origem. No entanto, essa imagem é construída não apenas pela negação de certos aspectos identitários considerados menores, mas também por meio da incorporação das impressões que a personagem Nga Ndreza apreende do mundo que a cerca. Um mundo onde a voz reinante é a que preconiza uma imagem negativada do negro em detrimento da supervalorização do ser branco. Desse modo, a sujeição a uma nova identidade se faz por Nga Ndreza, na tentativa de mostrar-se embranquecida. Por isso, quando questionada se era *buxila* (escrava), ela se cala, tentando não lembrar que não fora sempre livre.

O aparecimento inoportuno de velhas reminiscências não vem apenas evidenciar que a lembrança é algo que a incomoda (já que não consegue evitá-las), mas que a cultura europeia é algo que lhe é também estranho por mais que tente assimilá-la. Assim, esse passado que lhe vem à lembrança torna lúcida uma interioridade que se quer recalcada do campo da consciência. Nesse sentido, o conto é construído sob dois planos que se sobrepõem. O primeiro caracteriza-se por mostrar o trauma da personagem durante o processo de assimilação em que ela deseja o seu reconhecimento como pertencente à cultura do colonizador português. O segundo é aquele em que ocorre o reconhecimento de que, ainda que tente ser como o colonizador – e apesar dos privilégios que possuem se comparada a outros nativos –, continuará sendo tratada como subalterna.

Para fazer esse retorno ao passado, o narrador prepara uma cena quase fantasmagórica, na qual a personagem Nga Ndreza sentada à porta de sua casa, em uma noite de luar, quente e sossegada, é sobressaltada por uma vaga recordação, ao avistar, no corredor sombrio da casa da frente, o vulto da vendedeira, mal iluminada pela luz avermelhada de uma candeia de azeite de palma. A movimentação repentina da memória de Nga Ndreza faz com que ela se lembre de “outros tempos passados numas terras muito longe, de onde a trouxeram quando era pequena” (Troni 1985:32). Ao mergulhar nas profundezas de seu eu, ela busca encontrar um sentido para como se enxerga no mundo. Essa reconstituição de suas memórias afetivas situa também o momento da ruptura em que se deu o processo de assimilação, ou melhor, a negação do ser negro africano, filha de Novo Redondo. De todo modo, vale frisar disto que, para o colonizado, “comportar-se como colonizador” seria “uma tentativa de se mostrar superior” mesmo que, para isso, tivesse de negar a sua identidade angolana (Crosariol 2007:122).

Esse passado que a atormenta como um trauma surge por meio de uma sequência de visões que se sobrepõem. Primeiramente, lembra-se da *mama*, uma mulher enfezada e triste, mas que cantava à noite quando amamentava o filho pequeno. Depois, da lágrima vertida dos olhos da mãe após discussão com o irmão, que viera tomar a filha pequena dela para amortizar a dívida de um crime que ele cometera, ou melhor, para pagar os *quituxi* dos tios – o culpado por um crime entregava um sobrinho para ser escravizado em seu lugar – e, da vez também, em que ficou amarrada pela cinta com cipó na aldeia em que fora entregue a um preto grande.

A cena, no entanto, que mais lhe marcara é a que reporta aos brutais sofrimentos da jornada de navio até chegar a Luanda, onde foi trocada por alguns panos e um espelho. A presença do espelho, na cena, enfatiza o momento da descaracterização de Nga Ndreza, ainda que ela não tenha tido a oportunidade de se ver refletida nele para que pudesse notar a sua desfiguração, ou melhor, o travestimento pelo qual seria submetido o seu ser; até isso, pois, foi-lhe negado. Desse modo, a ausência do se olhar ao espelho remete à dificuldade de se aceitar como se é, já que Nga Ndreza não pode se projetar simbolicamente, reforçando, assim, o desejo que se torna mais consciente ao longo da narrativa de querer apagar de sua memória a imagem de pertencimento à cultura negra.

Umberto Eco (1989:17), ao tratar do espelho plano como uma superfície que fornece uma imagem virtual correta destaca que a imagem refletida não chega nem a inverter-se e que o espelho “registra aquilo que o atinge da forma como o atinge”, ou seja, o espelho não mente, já que reflete a mais pura verdade. Assim, nesta cena, a ausência do espelho significa a impossibilidade de determinar simbolicamente, através

da imagem refletida, o domínio de seu próprio corpo para, em seguida, poder afirmá-lo socialmente.

Lacan, citado por Umberto Eco, diz que:

A experiência especular surge do imaginário (...). O domínio do próprio corpo permitido pela experiência do espelho é prematuro em relação ao domínio do real: o desenvolvimento só acontece à medida que o sujeito se integra ao sistema simbólico, ali se exercita ali se afirma através do exercício de uma palavra verdadeira. (1989:12).

Desse modo, a ausência do olhar-se ao espelho atua de forma determinante para ajudar a apagar da memória de Nga Ndreza sua imagem de pertencimento à cultura da tribo de onde ela tinha saído.

A partir deste momento, acentua-se a descaracterização de sua africanidade, como se vê: “Mandaram lavar, e desmanchar-lhe o lindo penteado seguro pelo ngunde e tacula que lhe fizera a mama, tirando-lhe as miçangas e os búzios e todos os enfeites” (Troni 1985:33). Vislumbra-se, em meio a essas práticas, a forma degradante em que se dá a transformação do ser em mercadoria, já que ela fora trocada por um espelho e, também, por alguns panos como fora dito anteriormente. Essa descaracterização continua paulatinamente sem que a personagem Nga Ndreza se dê conta, de fato, das transformações por que passa seu corpo e das consequências disto para o apagamento da imagem que traz de si na memória.

Como visto, essa perda da primeira consciência de si é acompanhada por uma recharacterização do ser oprimido e colonizado para se adequar aos modelos de vida do colonizador: “Vestiram-lhe uns panos bonitos” (Troni 1985:33). Desse modo, a incorporação de “cada parte do outro que se opõe ao ser constitui realmente o não-ser” (Platão 1972:192), melhor dizendo, o não-ser se institui como caráter ou qualidade do que é outro; sobretudo, por tudo aquilo que há nele de diferente.

A imposição cultural do branco colonizador a qual Nga Ndreza se via submetida mostra que não lhe restava senão apoderar daquilo que pudesse tornar-lhe tanto mais semelhante ao seu opressor. Neste caso, a aprendizagem da língua estrangeira principalmente, assim como de sua tradição, como se faz notar em “Tinha aprendido um pouco a língua dos brancos, e já não era desajeitada no vestir dos panos como quando viera” (Troni 1985:33). Além de atuar de modo fundamental como elemento de imposição cultural de um povo sobre o outro, a língua do colonizador vem possibilitar a Nga Ndreza encontrar um lugar para que pudesse se achar socialmente integrada e aceita caso não quisesse também ser banida como muitos outros negros circunscritos e marginalizados em Angola. Com base nisso, a assimilação se insere de forma muito mais aguda porque a violência também se manifesta ao fazer com que negros pertencentes ao mesmo território se vejam como diferentes entre si ao se pretenderem semelhantes ao Outro, isto é, ao branco europeu e colonizador português.

O estágio que marca a fissura na qual a assimilação se impõe como negação da mestiçagem é revelado de modo consistente na passagem em que Nga Ndreza se dá conta de que o mundo social é o espaço das aparências, onde os papéis devem ser representados de acordo com os códigos das conveniências:

Nga Ndreza conheceu então o que era, e o que devia parecer. Esqueceu-se da primeira época da sua vida, e respondia com umas reticências duvidosas às perguntas que lhe faziam sobre a sua origem.

– Que não sabia bem – isto com ares maliciosos – quem era o pai, mas que se lembrava de um branco quando era pequenita, que a tomava nos braços e a sentava no colo à mesa. – Exatamente o que vira fazer à filha da mucama de um amigo do muari. E como era *fula*, todas as comadres que a iam visitar com a idéia de lhe beber o vinho e comer o presunto que o patrão comprava, diziam que sim, que ela tinha sangue branco. (Troni 1985:33).

Nesse sentido, a negação que Nga Ndreza faz de si se dá pela intenção de apagar suas primeiras memórias que constituem o sentimento de identidade, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros (Pollak 1992:200-12). Ou seja, a imagem que uma pessoa constrói com base em suas experiências sem velar a memória de sua origem a fim de se fazer percebida da maneira como se quer representada para si e para os outros. Essa intenção aparece acentadamente demonstrada quando Nga Ndreza sobrepõe à memória de seu passado uma falsa lembrança em que seu suposto pai teria sido um branco que a tomara nos braços quando pequenina.

A apresentação da característica “*fula*” reforça ainda mais uma perspectiva favorável ao branqueamento. Nota-se, desse modo, que a ironia se impõe de modo crucial no sentido de corromper a imagem mais íntima, constitutiva da identidade de Nga Ndreza à cultura angolana, já que do conflito entre o ser e o parecer, é a estranheza do outro, isto é, do branco europeu e colonizador, que demonstra suplantá-lo a africanidade como uma forma de diminuir a distância que dificultava o seu acesso à cultura dominante.

Dessa forma, tem-se que a atitude de negar sua negritude, ou seja, o desejo de querer parecer-se branca em detrimento de sua essência negra faz com que Nga Ndreza viva a intensidade do trauma que lhe atormenta a consciência, tornando-a um ser dilemático, em cuja imprecisão de espírito paira o drama de uma situação mal resolvida ou que, talvez, nunca se resolverá, “pois renunciar a sua identidade significava sentir-se aceita, enquanto afirmá-la significava ser excluída” (Memmi *apud* Crosariol 2007:121-2).

A busca por se fazer aceita como pertencente à cultura do dominador faz com que o processo de assimilação ao qual Nga Ndreza é submetida crie uma situação em que a personagem não deseja mais admitir, mesmo que impositivamente, as diferenças existentes entre ela e aquele que a domina. Como se vê no fragmento narrado a seguir:

Hoje está uma mulher dos seus trinta e seis anos pouco mais ou menos (nunca pôde tirar certidão de idade) muito séria e portando-se bem. Goza de uma certa consideração nas famílias da terra e quando vai visitá-las fazem-lhe sempre o prato à mesa, a mandam-lho logo. Ela também é sempre pronta em acudir a todos os casos tristes ou alegres.

Está muito bem, desconta às vezes os recibos aos amanuenses com um juro que brada aos céus, empresta sobre penhores, não só às amigas, mas até as pessoas grávidas. (Troni 1985:44)

Devido a este desejo de querer se ver como “igual”, depreende-se que o ser assimilado passa a vivenciar uma situação de aceitabilidade aparentemente tolerável, já que sua legitimidade depende da credibilidade que lhe é tributada por parte do dominador. Por isso, pode-se dizer que o assimilado está diante de um constante negociar de si mesmo para com o mundo do outro, onde o silenciar se faz mais conveniente.

A assimilação vivenciada por Nga Ndreza se ajusta bem a esse quadro por mais que o narrador tenha a pretensão de dizer o contrário ao apreciar que ela “é muito considerada pelas boas famílias” (Troni 1985:45), já que como “boa cidadã paga bem os impostos” (Troni 1985: 46). O narrador, dessa forma, procura engenhosamente abrandar as implicações da dificuldade da adaptação de Nga Ndreza, ou melhor, de sua inadaptação à cultura estrangeira do branco português. Cultura essa que lhe foi determinada, na maioria das vezes, de modo impositivo, sem deixar de ter sido também dissimulado, noutras, pelo véu das aparências e das conveniências, no qual se forja o jogo das relações sociais, como se fazem notar mais adiante.

Percebe-se, de imediato, que os verdadeiros interesses são disfarçados pelas intenções da aceitação tolerável de Nga Ndreza, mas que eles não conseguem ficar inteiramente escondidos. Como se pode ver no trecho em que ela troca de nome e assume o cognome Nga Muturi ao ascender socialmente após o recebimento da herança deixada pelo patrão:

Nga Muturi afligiu-se muito quando uma amiga com assomos de indignação hipócrita, lho referiu, valha a verdade muito acrescentando. Esteve muito tempo a falar, dizendo que ela não era negra, nem tinha os costumes das que isto, e repetia isto muitas vezes, fitando a amiga. Esta que não podia perder as relações de Nga Muturi, atalhou logo, que aquilo tudo era inveja por ela estar rica. (Troni 1985:41).

Os maus tratos sofridos são também lembranças de que ela não consegue olvidar. Sobretudo, quando se recorda das surras dadas pelo patrão por ela não saber pôr adequadamente a toalha da mesa:

Ela lembra-se muito bem dos sopapos que levava quando o patrão vinha para a mesa e encontrava a toalha ponta abaixo, ponta acima, como ele dizia – até quando lá foi jantar o juiz, o patrício, que por sinal se abriram tantas latas, e o patrão, quando veio perguntar se o jantar já estava pronto e viu a toalha torta, foi-se a ela, agarrou-a pelo pescoço, e bumba, bumba, umas poucas de vezes com a cara na mesa e com toda a força, por sinal que ao outro dia lhe doía tanto o nariz – lembra-se muito bem. (Troni 1985:45).

O não apoderar, no entanto, inteiramente da linguagem do colonizador é um dos aspectos, senão o mais importante, que circunscreve o limite de sua possível legitimidade como cidadã integrada à cultura branca. O que acentua, ainda mais, o trauma com o qual sua consciência não consegue olvidar, visto que seu analfabetismo desponta como ponto culminante para determinação de sua inaceitabilidade. Fato que fica claro quando recebe a visita de Pontes, o escrivão das décimas, para cobrar-lhe os impostos. Nga Ndreza alegando que tinha feito o pagamento, disse que, para esse fim,

enviara o Pinto, filho de sua comadre Nga Manda, para quitá-los. Surpresa, por ter sido enganada, e de que o documento de que dispunha era de outra décima, ela protesta e desabafa: “Falou, falou, falou, desabafou enfim – que era uma pobre mulher, que todos a enganavam, lembrou a história do cordão, a do recibo, e agora aquela.” (Troni 1985:46).

Depreende-se deste fato que o não manejar dos conceitos que constituem a linguagem do branco português faz com que Nga Ndreza se torne um ser ainda mais dilemático. Pois o constrangimento causado por não conseguir ocupar o lugar pretendido, desloca-lhe ao não lugar, cifrado pela segregação e pelo dilema de uma identidade conflitante em que o silenciamento por si só não é capaz de aplacar-lhe o drama de uma identidade mal resolvida.

Considerações finais

Cumprе assinalar nesta breve discussão que se realizou acima, por meio da leitura crítica da obra “Nga Muturi”, de Alfredo Troni, que ela exerce sua função social como instrumento de indagação da realidade quando questiona a presença imperialista que a figura do colonizador português imputou à sociedade angolana. Isto se nota, principalmente, pelas tensões cotidianas explicitadas pela obra, as quais, por sua vez, se veem marcadas pelo véu das aparências e das conveniências que constituem o jogo de dissimulações que crivam as relações sociais. Neste mundo cifrado pela segregação, no qual o indivíduo assimilado se vê forçado a abrir mão de sua identidade como africano para se sentir aceito e integrado à cultura do colonizador, acaba tornando-se um ser traumatizado pelo dilema de uma identidade que se encontra em constante conflito.

A palavra angolana, como se pode notar, ao longo deste estudo, já por esta época, no final do século XIX, se instaurava como expressão do horror em arte, inquirindo desigualdades e injustiças. E como expressão do silenciamento, no qual o negro era levado a negar sua negritude por forças opressivas do colonizador, desponta como súplica do homem angolano à literatura, invocando-lhe a missão no despertar de uma consciência de valorização de sua etnicidade que, com a insurgência nacionalista do movimento de libertação e sua conseqüente independência política, será conhecida, posteriormente, como elemento característico da identidade angolana. Assim, se o passado causava embaraço, ao ser revisitado, passa a ressignificar as distorções e exotismos que o império criou como padrão para, finalmente, ressurgir sublimado em uma nova imagem histórica cuja memória funciona como símbolo de identidade, indissolúvel entre povo e país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Ruy Duarte de. “Sempre pelas franjas de impérios...e quase sempre pela contra-mão” in *Textos e Livros*. São Paulo: Casa das Áfricas, 2005.
Disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/site/index.php?id=banco_de_textos&sub=01&id_texto=181>

CHAVES, Rita. A formação do romance angolano: entre intenções e gestos. São Paulo: USP, 1999.

CROSARIOL, Isabelita Maria. "O Testemunho na Literatura Angolana: uma reescrita da história em tempos de violência". In: *Gândara*. Rio de Janeiro, n. 2, 2007, p. 121-2.

ECO, Umberto. *Sobre os Espelhos e Outros*. Trad. de Beatriz Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo negro, 2005.

PLATÃO. *Diálogos: o banquete, Fédon, Sofista, Político*. Trad. José Cavalcante de Souza e Jorge Paleikate e João Cruz e Costa. São Paulo: VICTOR CIVITA, 1ª ed., 1972.

POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SAID, Eduard. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTILLI, Maria Aparecida. *Estórias africanas: história e antologia*. São Paulo: Ática, 1985.

TRONI, Alfredo. "Nga Muturi". In:_____. *Estórias africanas: história e antologia*. São Paulo: Ática, 1985, p. 31-47.

Artigo recebido em 24 de agosto de 2011 e aprovado em 18 de setembro de 2011.